SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
18 a 20 de agosto de 2026

IMPLEMENTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE ESTADUAL DE ALAGOAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Emilly Maysa Ferreira de ARAÚJO[1], Ana Lice Marcelino dos SANTOS[2], Gisele Texeira de Freitas FERREIRA[3], Profa. Graciele Oliveira FAUSTINO[4]

[1]Aluna do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL, Bolsista do FAPEAL/UNEAL – Brasil, emilly.araujo.20222@alunos.uneal.edu.br; [2]Aluna do Curso de Pedagogia na UNEAL, Bolsista do FAPEAL/UNEAL – Brasil, ana.santos.2023@alunos.uneal.edu.br; [3]Aluna do Curso de Mestrado PROFEI/UNEAL, giselle.ferreira.profei.t5@alunos.uneal.edu.br; [4]Professora orientadora, Docente da Graduação e PROFEI, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); e-mail: graciele.oliveira@uneal.edu.br.

E-mail do autor correspondente: emilly.araujo.20222@alunos.uneal.edu.br

RESUMO - Este estudo tem como objetivo analisar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) na rede estadual de Alagoas, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A pesquisa justifica-se pela constatação de que, embora a política nacional date de 2008, sua implementação efetiva na rede estadual alagoana ocorreu tardiamente, a partir do concurso público para educação especial realizado em 2022, o que evidencia lacunas históricas na consolidação da educação inclusiva no estado. A metodologia adotada é de natureza exploratória, combinando pesquisa documental e de campo. A análise documental contempla normativas como a atualização da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva - PNEEI (Brasil, 2025), a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a Resolução CNE/MEC nº 4/2009 e o Protocolo de Educação Especial da SEDUC/AL (2025), que estabelece diretrizes para matrícula, acompanhamento e organização do AEE nas escolas estaduais. A pesquisa de campo, por sua vez, realiza-se por meio do mapeamento do AEE nas 3ª e 5ª Gerências Regionais de Ensino (GEREs), abrangendo os municípios de Palmeira dos Índios e Arapiraca, com coleta de dados sobre Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), profissionais envolvidos e estudantes atendidos. Os

resultados preliminares indicam que a rede estadual possui um protocolo orientador recente, fundamentado na legislação nacional, que prevê o AEE em diferentes espaços (SRM) e orienta a elaboração colaborativa do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI). Contudo, persistem desafios relacionados à ausência de dados sistematizados sobre o número de salas de AEE e de profissionais atuantes, à necessidade de formação continuada específica para os docentes e à consolidação da articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social. Além disso, observa-se que a rede municipal de Palmeira dos Índios apresenta avanços mais expressivos na estruturação do AEE em comparação com a rede estadual, com 34 SRM em funcionamento e atendimento a 511 estudantes. Conclui-se que, embora haja avanços normativos e institucionais, a efetivação da política de educação inclusiva em Alagoas demanda investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e fortalecimento do trabalho colaborativo entre escolas, famílias e demais políticas públicas. Esta pesquisa pretende contribuir com a produção acadêmica e vincula-se a outra pesquisa que pretende produzir de um produto educacional vinculado ao Programa de Mestrado em Educação Inclusiva (PROFEI), fortalecendo a articulação entre universidade e educação básica.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Formação Docente. Políticas Públicas Alagoanas.